

DANNY MONTEIRO DA SILVA

Advogado; Procurador Jurídico do Município de Bauru/SP; Professor de
Direito Ambiental na Faculdade de Direito de Jaú e Presidente da
Associação dos Procuradores Jurídicos e Advogados Públicos
Municipais, Estaduais e Federais de Bauru e Região.

Dano Ambiental e sua Reparação

Editora Juruá

Curitiba

Localização: 347.513:504

S586d

Código de barras: STJ00063288



2006

S586

Silva, Danny Monteiro da.

Dano ambiental e sua reparação./ Danny Monteiro da Silva./ Curitiba:
Juruá, 2006. 400 p.

1. Dano ambiental - Reparação. I. Título.

CDD 341.762(22.ed) CDU 343.77



SUMÁRIO

SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: O Direito e o ambiente	25
1.1 O surgimento do Direito Ambiental na sociedade de risco	27
1.2 O meio ambiente como objeto do Direito e como bem jurídico	31
1.3 O ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da humanidade	40
1.4 Fundamentos para uma ciência jurídica do ambiente	50
1.5 Princípios essenciais para a tutela jurídica do ambiente	53
1.5.1 Princípio da custódia coletiva	57
1.5.2 Princípio da cooperação	61
1.5.3 Princípio da precaução e atuação preventiva	62
1.5.4 Princípio da responsabilização e do poluidor-pagador	65
CAPÍTULO 2: O dano ambiental	81
2.1 A construção do conceito jurídico do dano ambiental	82
2.1.1 A noção de dano	82
2.1.2 O dano ambiental: a construção social de um conceito jurídico	83
2.2 A delimitação jurídica do conceito de dano ambiental	91
2.2.1 A amplitude do conceito de dano ambiental	96
a) Danos ambientais autônomos	102
a.1) Dano ecológico puro	103
a.2) O dano ao meio ambiente artificial ou culturalmente concebido	107
b) O dano individual ambiental (dano reflexo ou em ricochete)	113
2.2.2 A extensão da lesão decorrente do dano ambiental	118
a) O dano ambiental material	119
b) O dano ambiental imaterial (dano ambiental extrapatrimonial ou dano moral ambiental)	120
b.1) Danos sociais vinculados ao meio ambiente	131
b.2) Lesão ao valor intrínseco do ambiente	133
2.3 Características especiais do dano ambiental reparável	138
a) Um dano incerto	141

Localização: 347.513:504

S586d

Código de barras: STJ00063288



b) Relevância social da lesão e tolerância ao dano ambiental	142
c) A impessoalidade do dano ambiental	155
2.4 Hipóteses especiais do dano ambiental	156
2.4.1 O dano ambiental no espaço	156
a) O dano ambiental transfronteiriço e extraterritorial	158
2.4.2 O dano ambiental no tempo	162
a) Futuro	163
a.1) Danos futuros	165
a.2) Danos progressivos	166
a.3) Danos potenciais	167
b) Passado	171
b.1) Danos históricos	174
b.2) Danos acumulados ou crônicos	182
2.5 Comparação sumária entre as diversas categorias de danos ambientais	183
 CAPÍTULO 3: Formas de reparação dos danos ao meio ambiente	 185
3.1 Formas de reparação do dano ambiental material	187
3.1.1 A restauração natural	188
a) Restauração ecológica ou recuperação in natura	204
b) Compensação ecológica	205
3.1.2 Compensação econômica	214
a) Avaliação econômica da lesão ambiental	217
b) Métodos de avaliação econômica da lesão ambiental	220
3.2 Formas de reparação do dano ambiental imaterial	227
 CAPÍTULO 4: Sistema jurídico tradicional de tutela para reparação e recuperação ambiental	 239
4.1 Responsabilidade civil por danos ambientais	244
4.2 Evolução histórica do instituto	244
4.3 A responsabilidade por danos ambientais como expressão do princípio do poluidor pagador	248
4.4 A aplicação da responsabilidade objetiva na tutela do dano ambiental	249
4.5 Limites à imputação pela responsabilidade objetiva	252
4.5.1 Limites decorrentes da interpretação adotada para a teoria do risco e seus reflexos no rigor exigido para demonstração do nexo causal	253
4.5.2 Limites de âmbito material	267
4.5.3 Limites de âmbito temporal	269



4.5.4 Limites derivados da existência de causas excludentes da responsabilidade	273
4.6 Adaptações mais recentes no sistema de responsabilidade objetiva: a ampliação da legitimação para demandar a imputação da responsabilidade por dano ambiental	287
4.7 Sistema de reparação do dano ambiental alicerçado predominantemente na responsabilidade civil objetiva: conclusões preliminares	290
CAPÍTULO 5: Seguros e fundos para reparação dos danos ambientais: mecanismos auxiliares ao sistema de reparação e recuperação ambiental	
5.1 Mecanismos jurídicos auxiliares para a reparação dos danos ambientais	295
5.2 Seguros de responsabilidade civil por risco ambiental	296
5.2.1 O seguro: aspectos gerais	296
5.2.2 Seguro para riscos ambientais	298
5.2.3 Evolução do seguro para riscos ambientais	299
5.2.4 Vantagens proporcionadas pelo seguro para riscos ambientais	300
5.2.5 Seguro obrigatório para riscos ambientais	303
5.2.6 Dificuldades relativas ao asseguramento dos riscos ambientais	306
5.2.7 Características específicas do seguro para riscos ambientais	311
a) Verificação prévia dos riscos	312
b) Limitações do alcance do seguro	313
b1) Limitações temporais	313
b2) Limitações pela forma de se produzir o risco ou o dano	314
b3) Limitações pelo alcance quantitativo e qualitativo da cobertura	315
5.3 Fundos autônomos para reparação e recuperação das lesões ambientais	319
5.3.1 Os fundos como mecanismos complementares ao sistema de responsabilidade civil por danos ambientais e aos seguros ambientais	319
5.3.2 As vantagens e inconvenientes dos fundos	322
5.3.3 Experiências internacionais e nacionais relevantes	326
a) Fundos internacionais	326
b) Fundos nacionais	334

Localização: 347.513:504

S586d

Código de barras: STJ00063288



CONCLUSÃO	345
REFERÊNCIAS	367
APÊNDICE	389
ÍNDICE ALFABÉTICO	391

